



BOLETIM SOBRE DIREITOS HUMANOS

Rede Moçambicana de Defensores de Direitos Humanos

Maputo, 15 de Março, 2020 Número 7

Português

Novo Autoritarismo, Espaço Cívico e Defesa dos Direitos Humanos¹

Resumo

Na África Austral, como em todo o mundo, mulheres e homens defensores dos direitos humanos (W/HRDs) estão sitiados. Na nossa análise e com base em pedidos de ajuda em termos de protecção que recebemos como Rede de Defensores de Direitos Humanos da África Austral (SAHRDN ou Rede de Defensores), podemos resumir que os ataques a mulheres e homens defensores dos direitos humanos (W/HRDs) na região, incluem, entre outros, acções patrocinadas por estados e agentes não estatais, que variam de assassinatos e mortes extrajudiciais; prisões e detenções arbitrárias; ataques físicos e virtuais, ameaças e assédio; sequestros e desaparecimentos forçados; bem como a politização do trabalho dos W/HRDs e a demonização e escandalização de activistas como terroristas, criminosos ou agentes do ocidente ou mudança de regime e pessoas que buscam interesses estrangeiros ou causas de oposição. A criminalização e institucionalização da repressão através da introdução e aplicação selectiva de leis repressivas, como leis cibernéticas, leis de ordem pública, leis de liberdade de informação; as leis de inteligência financeira que tiveram o efeito de fechar o espaço operacional para os defensores de direitos humanos em vários países da região também são um problema em expansão.

A ascensão do novo autoritarismo

Depois da Segunda Guerra Mundial, os líderes mundiais mais influentes da época conceptualizaram e tentaram implementar uma nova ordem mundial ancorada nos valores dos direitos humanos e no respeito pelo Estado de Direito. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), a Carta das Nações e as Nações Unidas assumiram uma importância cada vez maior na garantia da paz e segurança globais com base numa aspiração pelo respeito por uma ordem mundial assente num estado de direito internacional. Os valores sobre os direitos humanos inspiraram a ascensão dos movimentos de libertação e democracia em África.



¹ Palestra seminal proferida por **Arnold Tsunga**, Presidente da Rede de Defensores de Direitos Humanos da África Austral (SAHRDN ou Rede de Defensores) actualmente a trabalhar como Director para África da Comissão Internacional de Juristas. Ele proferiu esta palestra na Politécnica de Maputo a 6 de Março de 2020.

Lamentavelmente, temos assistido ultimamente à graves mudanças que minam o multilateralismo ancorado nos valores dos direitos humanos. Cada vez mais, as nações mais poderosas, em termos militares e económicos, têm estado activamente a minar as Nações Unidas e uma ordem mundial sustentada pelo respeito ao Estado de Direito internacional. Os exemplos são intermináveis: o presidente Trump nos EUA com a sua política de América em Primeiro Plano e a sua agenda de política externa orientada unilateralmente; o presidente Putin na Rússia, que não hesita em usar forças militares para perseguir um interesse nacionalista estreito; o presidente Jing Ping da China, que usa uma diplomacia implacável de dívida como uma nova forma de agenda complexa e assustadora de conquista e recolonização; e o primeiro-ministro Boris Johnson, que é fanático pelo esplêndido isolamento britânico e que subiu ao poder no contexto do Brexit. Estes são apenas exemplos de grandes potências, algumas das quais tradicionalmente alegam ser modelos de democracia, mas, de facto, viraram a democracia de cabeça para baixo. A sua conduta permite o desenvolvimento de uma cultura de falta de respeito pelos direitos humanos como cultura global na matriz de governação.

A definição de trabalho do conceito de Novo Autoritarismo adoptada por um grupo de organizações da sociedade civil globalmente sob a insígnia da HRCNet², preocupadas com esta questão é de que se trata de governos de direita, económica e

culturalmente conservadores, movidos pela desmoralização dos direitos humanos e instituições e com perspectivas maioritariamente nacionalistas. Muitos deles são eleitos, nem sempre através de eleições justas, mas através da manipulação do processo democrático. Assim, eles podem reivindicar apoio popular como resultado das eleições.

Um factor preocupante sobre o novo autoritarismo é a manipulação e o enfraquecimento de eleições democráticas. Cada vez mais a mentalidade é de que o poder é um fim em si mesmo. O poder não é visto como um recurso nacional que deve ser deliberadamente usada para alcançar objectivos progressivos e de desenvolvimento para o país. A tese central de obter poder a qualquer custo significa que até as eleições são vistas como um exercício para a conquista de poder, em oposição a uma oportunidade de dar às pessoas uma oportunidade de responsabilizar os líderes.

Nestas situações, instituições e sistemas de governação democrática são instrumentalizados para adquirir e reter poder. A separação de poderes e os pesos e contrapesos estão comprometidos. As eleições se tornam rituais cronológicos despro-

vidos de significado substantivo em termos de participação das pessoas na governação. A crença na utilidade das eleições para um governo responsável é sistematicamente degradada, criando um sentimento de impotência e inutilidade do processo eleitoral como um instrumento de mudança periódica para a transformação de nossas sociedades.

Lamentavelmente, temos assistido ultimamente à graves mudanças que minam o multilateralismo ancorado nos valores dos direitos humanos. Cada vez mais, as nações mais poderosas, em termos militares e económicos, têm estado activamente a minar as Nações Unidas e uma ordem mundial sustentada pelo respeito ao Estado de Direito internacional.

²A HRCNet é uma rede de organizações de todo o mundo criada em Genebra para melhorar a participação e o impacto da sociedade civil no Conselho de Direitos Humanos da ONU. O SAHRDN coordena o grupo de trabalho da HRCNet sobre Novo Autoritarismo e é membro do grupo de trabalho no espaço cívico.

A Natureza do Estado no Novo Autoritarismo

Geralmente há um grupo muito pequeno de pessoas que controlam o estado. Existe uma fusão entre cargos políticos e oportunidades económicas. Normalmente, o sector de segurança e o sector económico estão totalmente sob o controle de um pequeno grupo que também geralmente captura o partido no poder. No Zimbabwe, por exemplo Jabusile M. Shumba (2018) que estudou as relações entre os partidos políticos, forças militares e o sector de negócios, no período pós-independência designa de estado predatório antidemocrático que “exibe características mais predatórias do que outras formas de conceptualização do estado”. É um estado em que o controle do poder estatal é usado para empresas privadas pelos poucos que controlam as alavancas do poder estatal, enquanto o aparelho coercivo do estado é usado para suprimir qualquer dissidência. É um governo antidemocrático sentado sobre um estado que está enfrentando um retrocesso no desenvolvimento. Geralmente é um estado fraco em termos de capacidade de organização burocrática, de desenvolvimento e económica, mas é forte o suficiente para atingir defensores dos direitos humanos e forças e vozes de oposição para fins de repressão.

Shumba (2018 / viii) resume a natureza do estado predatório antidemocrático no Zimbábwe, caracterizado pelo “(1) domínio partidário e militar do estado (2) relações Estado-empresa moldadas pela dominação e captura e (3) relações Estado-sociedade moldadas pela violência e pelo patrocínio.” Ele termina argumentando que “a elite no poder no Zimbábwe extrai altos níveis de rendas do estado e da economia para fins pessoais e, ao fazê-lo, prejudica o potencial de desenvolvimento”.

Afirmo que países como Eswatini, Zâmbia, Tanzânia, RDC e Moçambique, na região da África Austral retratam algumas dessas características predatórias com diferentes níveis de intensidade. Certamente Angola era assim antes do Presidente Dos Santos deixar o poder, promovendo a sua filha como a mulher mais rica da África e o seu filho saqueando o fundo de riqueza soberana. O Malawi é assim sob o presidente Mutharika, mas houve um aumento do activismo de direitos humanos de base que pressionou tremendamente a classe dominante e as suas práticas corruptas e predatórias para o facto de que a mudança pode ser iminente.

Um estado predatório antidemocrático com retrocesso em termos de desenvolvimento é diferente do modelo de Ruanda, que mostra sinais de um estado antidemocrático de desenvolvimento. Trata-se de um

estado de desenvolvimento não democrático, onde existe ditadura, mas um impacto limitado da corrupção e lavagem de recursos estatais para ganho pessoal. Pode-se argumentar que um Estado de desenvolvimento antidemocrático deriva a sua inspiração dos modelos económicos dos tigres da Ásia como Singapura ou China, onde geralmente há um ditador “benevolente” que é obviamente intolerante à oposição e às críticas de grupos de direitos humanos. Eles muitas vezes argumentam que as realizações dos direitos humanos constituem resultado do desenvolvimento.

Portanto, nesses estados de desenvolvimento antidemocráticos, enquanto existe desenvolvimento, não há promoção, protecção e gozo pró-activos dos direitos humanos, especialmente dos direitos civis e políticos, que podem ser vistos como sendo sementes de conflito e instabilidade em sociedades desesperadas pelo desenvolvimento [A classificação dos direitos de primeira geração (civis e políticos) e segunda geração (económicos, sociais e culturais) não tem sido útil, especialmente tendo o Ocidente como o principal doador das organizações que se concentram mais nos direitos civis e políticos]. São frequentemente colocadas questões sobre a sustentabilidade desse modelo, mas os proponentes desse modelo argumentam a ascensão das economias dos tigres Asiáticos e da China como forças económicas, como evidência de que esse modelo produz resultados tangíveis. A China tirou centenas de milhões de pessoas da pobreza usando esse modelo. Poderá ser necessário mais pesquisa e investigação académica.

A característica central dos novos estados autoritários em África é que o estado se torna intolerante à oposição, aos activistas dos direitos humanos e à sociedade civil. O sistema jurídico e a capacidade do judiciário de oferecer protecção legal a todos e proteger os direitos humanos, bem como apresentar soluções reais e eficazes para violações dos direitos humanos estão comprometidos. As instituições de segurança do Estado são cooptadas e militarizadas para servir interesses restritos. Surgem grupos que se autodenominam grupos da sociedade civil que usam os métodos tradicionais da sociedade civil para propagar e apoiar certos direitos enquanto atacam o gozo de outros no processo, minando a universalidade dos direitos humanos. Um clima de impunidade permeia a sociedade com uma forte noção de que o poder está certo e o que não está certo é o poder estabelecido como a ordem nacional. O papel dos actores não estatais poderosos ganha destaque nos assuntos desses estados.

Papel dos Actores Não-Estatais Poderosos, e Disputas Geopolíticas e Geoeconómicas por África no Novo Estado Autoritário

O papel dos actores não estatais poderosos num estado autoritário é prominente. O desejo e o objetivo de usar o controle das alavancas do poder do Estado para obter oportunidades económicas e saquear recursos nacionais tornaram o Estado autoritário susceptível à influência dos economicamente poderosos e que desejam aceder às oportunidades de investimento. A fraca governação económica e a capacidade burocrática resultam numa síndrome do homem forte que substitui o processo burocrático.

Empresários pouco escrupulosos, principalmente com intenção extrativa e exploradora, se tornam nos principais actores do negócio. A natureza da sua actividade faz com que eles não gostem dos activistas de direitos humanos como eles também não gostam de responsabilização pela cumplicidade de negócios em violações dos direitos humanos. Esses homens de negócios se tornam facilitadores críticos da aquisição e retenção de poder do estado por meio do fornecimento de recursos para a pequena classe que controla o estado enquanto saqueia o mesmo estado. Na África do Sul temos ouvido sobre as contestações entre a Família Guptas; a família Rupert e a família Oppenheimer pelo controle dos corações e alma da classe política da África do Sul, enquanto que no Zimbábue temos ouvido sobre Kudakwashe Tagwirei; Nicholas Van Hoogstraten³; Billy Rautenbach; John Bredeenkamp, a família Meikles, entre outros que desempenharam um papel no apoio à classe dominante enquanto adquiriam oportunidades de negócios, incluindo grandes extensões de terra. Afirimo que todos os outros países da África do Sul terão empresários tão conhecidos, cujo papel na sustentação de práticas autocráticas e relações extractivistas entre países e investidores ainda não foi totalmente estudado.

Intimamente ligado ao papel do actor não estatal em termos de decisões de investimento que colocam um custo entre os regimes autocráticos e o seu povo está o papel da disputa geopolítica e geoeconómica para a África, semelhante a uma nova disputa pela África, lamentavelmente com os mesmos resultados neocoloniais, senão coloniais,

como aconteceu com a primeira disputa e partilha da África que culminou com a conferência de Berlim para a divisão da África há mais de 100 anos.

Os Estados Unidos e a China têm uma concorrência quase aberta pela influência na África. Tal competição, de acordo com Otto Saki (artigo não publicado 2018) “tem implicações para os nossos esforços para romper os factores de desigualdade no continente e exige nossa atenção”. A cautela de Otto surgiu depois que o então Assessor de Segurança Nacional dos EUA, John Bolton, a 6 de Dezembro de 2018 na Heritage Foundation, anunciou que um novo instrumento de financiamento para substituir a Corporação de Investimento Privado no Exterior ou *Overseas Private Investment Corporation* (OPIC) foi adoptado por meio da Lei sobre a Melhor Utilização de Investimentos conducentes ao Desenvolvimento (BUILD) com um limite máximo de empréstimos de US \$ 60 bilhões. A OPIC foi renomeada como Corporação Financeira de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos ou *United States International Development Finance Corporation* (IDFC).

“Historicamente, a OPIC era a principal instituição na promoção de investimentos em África, complementada pela Lei de Oportunidades de Crescimento na África (AGOA), cuja vida útil foi prolongada até 2025”, disse Otto.

Desde o início do ano, a China também fez uma promessa de US\$ 60 bilhões em ajuda e investimento na África durante o Fórum de Cooperação China-África ou *Forum on China African Cooperation* (FOCAC) de 2018, Otto argumentou que “a coincidência de US\$ 60 bilhões entre a ajuda e empréstimos dos EUA e da China é impressionante. “E” deixou muitos chocados e a imaginar se a nova política dos EUA estava voltada para apoiar a África ou para competir com a China na África”.

O desejo e apetite insaciável de África pelo investimento directo estrangeiro (IDE) juntamente com o não tão bom pensamento através de investimento orientado para o curto prazo e políticas económicas e quadros reguladores económicos fracos

³ Nicholas van Hoogstraten afirmou [anteriormente] que “[não] acreditava na democracia; acredito na lei do mais forte” https://en.wikipedia.org/wiki/Nicholas_van_Hoogstraten

expôs África aos investidores oportunistas que estão com pressa para fazer o dólar rápido e extrair valor sem se preocupar com o meio ambiente e os direitos económicos e sociais das comunidades de onde esse valor é extraído.

Esta é uma das razões pelas quais a Comissão Africana estabeleceu um Grupo de Trabalho sobre Indústrias Extrativas, Meio Ambiente e Violações de Direitos Humanos, sob a liderança do Presidente da CADHP, Comissário Dersso da Etiópia, que disse o seguinte sobre o nosso actual contexto global

“O nosso é um tempo de globalização ... a era das corporações, a força mais dominante e beneficiária da globalização. ... ‘o século 20 tem sido caracterizado por três desenvolvimentos de grande importância política: o crescimento da democracia, o crescimento do poder corporativo, e o crescimento da

propaganda corporativa como um meio de proteger o poder corporativo contra a democracia ... Os perigos do poder corporativo das pessoas [para o meio ambiente] e para os direitos humanos é ainda maior na África e em outras regiões economicamente fracas do mundo.”⁴

É neste contexto de globalização e do surgimento do poder corporativo numa esfera de governação fraca que a África perde mais de US\$ 60 bilhões anualmente através de fluxos financeiros ilícitos e outras práticas relacionadas à corrupção. Os pesquisadores de facto mostram que, em 30 anos, entre 1980 e 2009, “entre US\$1,2 trilhões e US\$ 1,4 trilhões deixaram a África em fluxos financeiros ilícitos.”⁵ Isso dá credibilidade ao argumento que está aumentando em volume de que a África não precisa de ajuda, mas do comércio, juntamente com a corrupção e os fluxos financeiros ilícitos.

Espaço Cívico na África Austral

Como disse anteriormente, as organizações da sociedade civil desempenharam um papel importante nas lutas contra o colonialismo e o Apartheid, e para a democracia. Elas, com ícones da guerra de libertação, criaram uma visão de uma África democrática, justa, pacífica e próspera que ainda está para ser alcançada em muitas partes da África. A visão de uma África justa, pacífica e democrática encontrou significado nos importantes instrumentos de direitos humanos que os Estados membros da UA desenvolveram e adoptaram, como o Acto Constitutivo da UA, a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, o Protocolo de Maputo e a Carta da UA sobre Eleições Democráticas e Boa Governação, entre outros. Praticamente todos os estados membros da UA também adoptaram o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, bem como o Pacto sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais. A 9 de Dezembro de 1998, todos os estados membros da UA fizeram parte da Assembleia Geral da ONU que adoptou por unanimidade a Declaração das Nações Unidas sobre a Defesa dos Direitos Humanos, que codifica os deveres e responsabilidades, bem como o dever de todos de promover e proteger os direitos

humanos. Para isso, é necessário um espaço cívico favorável e um esforço consciente para preencher a lacuna entre os padrões de direitos humanos e as práticas de direitos humanos em África.

Mark Heywood (2019: inédito) argumenta que a sociedade civil

desempenha um papel vital nas lutas pelo desenvolvimento sustentável, contra a corrupção, pela igualdade nos sistemas de saúde e educação e pelos direitos das mulheres e das crianças. No entanto, nos últimos anos ... uma tempestade perfeita, está a diminuir o espaço cívico aos níveis local, distrital, nacional e regional. Tecnologias digitais, como a Internet e os mídias sociais, que ajudaram a organização por defensores dos direitos humanos, mostraram-se igualmente capazes de se voltar contra elas.

Numa pesquisa sobre o espaço cívico e os defensores de direitos humanos, realizada por Mark Heywood e eu para o OHCHR em 14 países da África Austral (Angola, Botswana, Comores, Eswatini, Lesoto, Namíbia, Madagascar, Malawi, Maurícias,

⁴ <http://www.achpr.org/news/2016/07/d226>

⁵ <https://www.un.org/africarenewal/magazine/december-2013/illegal-financial-flows-africa-track-it-stop-it-get-it>

Moçambique, Seychelles, África do Sul, Zâmbia e Zimbábue) em 2019, com mais de 200 organizações de direitos humanos participantes da pesquisa, conforme resumida por Mark, mostra que:

Significativamente, a maioria dos participantes, 46%, expressou a sua opinião de que o espaço cívico se tornou “menos livre”; enquanto 42% afirmaram que permaneceu relativamente o mesmo. Porém, apesar da maioria das organizações (53%) ter enfrentado ataques, muitos dos participantes observou que ainda é capaz de operar livre (51%) ou parcialmente livremente (42%). No entanto, 25% dos entrevistados - principalmente do Zimbábue, Zâmbia e Malawi - observaram que nos últimos 12 meses houve uma restrição significativa nas suas operações.

A 4 de Março de 2020, no evento de aprendizagem da Oxfam no espaço cívico, um sólido quadro de resultados da investigação apresentados indicou a questão do assassinio do carácter sistemático e sustentado e da eliminação da legitimação das narrativas sobre as mulheres e homens defensores dos direitos humanos (W/HRDs) como uma questão de grave preocupação. É comum na maioria dos

países, incluindo na região da África Austral que os activistas dos direitos humanos são frequentemente descritos como agentes do Ocidente, membros da oposição, elite urbana, insurgência e terroristas, agentes estrangeiros, e em alguns casos agentes contra o crescimento e o desenvolvimento. Em muitos países, a estrutura legislativa e constitucional, o sistema jurídico e de segurança e as práticas administrativas são usadas para reprimir a existência legal e a funcionalidade operacional de ONGs e organizações da sociedade civil.

Nas suas recomendações à ONU, Mark Heywood concluiu que

Uma acção coordenada para proteger o espaço cívico é desesperadamente necessária. Aproveitando os espaços que ainda estão abertos (ou abrindo) para o activismo dos direitos humanos, consolidando a reforma democrática que está abrindo espaços em países como Angola e ajudando-a a se espalhar de maneira mais uniforme por todo o país, e impedindo o fechamento do espaço cívico (novamente) em países como Zâmbia, Zimbábue e Malawi agora devem ser tratados como uma prioridade.

Perseguição de Defensores dos Direitos Humanos na África Austral

Na África Austral, como em todo o mundo, mulheres e homens defensores dos direitos humanos (W/HRDs) estão sitiados. A principal Análise Global dos Defensores da linha de frente destaca que em 2018, 327 mulheres e homens defensores (W/HRDs) foram mortos no cumprimento do dever, enquanto em 2019, 304 defensores foram mortos pelo seu trabalho como W/HRDs. Pagar com a sua vida pelos direitos dos outros é o preço final dos W/HRDs. Matar W/HRDs é um desperdício para a humanidade. Eles são os menores problemas com os quais o mundo precisa de lidar. A maioria dos assassinatos ocorreu na América Latina.

A África do Sul, na África Austral, registou assassinatos de defensores de direitos humanos na área do meio ambiente e protecção da terra. Infelizmente, isso aconteceu em grande parte com impunidade e o mais chocante dos casos foi na área de Xolobeni, onde líderes do Comité de Crise de Amadiba, como Bazooka, foram assassinados a sangue frio. O grupo Abahlali base Mjondolo também reportou assassinatos extrajudiciais dos seus líderes nas comunidades sem terra em Kwazulu Natal. A impunidade de tais assassinatos

é um entrave significativo no bom registo de direitos humanos do país, excepto na área da ESC.

Zimbábue e Moçambique têm experiência de assassinatos de militantes democráticos no contexto de contestações eleitorais, Matavale tendo sido morto em plena luz do dia em Gaza, Moçambique, criando arrepios na espinha dorsal dos W/HRDs. Actualmente, conflitos e assassinatos significativos estão a ocorrer nos dois países em áreas onde existem recursos naturais prontos para serem explorados, estando as “gangs de machados” associadas ao aparelho de segurança do estado no Zimbábue, criando um clima de terror onde existem ricos recursos naturais, como recursos minerais preciosos. Em Moçambique, a província de Cabo Delgado é agora uma questão de preocupação de segurança sub-regional, se não regional/global, com o surgimento de grupos que se associam a extremistas que aterrorizam comunidades inteiras, resultando em deslocamentos em massa para abrir caminho para a extração de gás natural e petróleo.

Na Zâmbia, um grupo de milícias associado ao partido no poder esteve envolvido em ataques de gás contra forças e defensores da oposição, resultando em



Crédito: VOA Portugues

algumas mortes. Há um forte sentimento de que tais ataques feitos com a aparente aquiescência do Estado equivalem a ataques químicos direccionados contra oponentes políticos legítimos e líderes comunitários de uma maneira que viola os direitos humanos internacionais e o direito humanitário.

No Malawi, desde o fracasso em realizar eleições credíveis em 2019, emergiram pressões populares de direitos humanos pela responsabilidade eleitoral, além da boa governação liderada pela Coligação de Defensores de Direitos Humanos do Malawi (HRDC). Uma característica dessa pressão tem sido demonstrações populares. A polícia falhou no controle de multidões. Eles abordaram as manifestações de forma violenta e com a morte de alguns manifestantes ou pessoas que são parentes próximos dos líderes envolvidos no protesto. Isso resultou na perda da credibilidade da polícia e no risco de conflitos sérios que fizeram com que as Forças de Defesa do Malawi oferecessem protecção a todos, incluindo os manifestantes. A estabilidade do país dependerá em grande parte da credibilidade das novas eleições.

Na nossa análise e com base em pedidos de ajuda em termos de protecção que recebemos como SAHRDN, podemos resumir que os ataques a W/HRDs na região incluem, entre outros, acções patrocinadas por estados e agentes não estatais, que variam de assassinatos e mortes extrajudiciais; pri-

sões e detenções arbitrárias; ataques físicos e virtuais, ameaças e assédio; sequestros e desaparecimentos forçados; bem como a politização do trabalho dos W/HRDs e a demonização e escandalização de activistas como terroristas, criminosos ou agentes do ocidente ou mudança de regime e pessoas que buscam interesses estrangeiros ou causas de oposição. A criminalização e institucionalização da repressão através da introdução e aplicação selectiva de leis repressivas, como leis cibernéticas, leis de ordem pública, leis de liberdade de informação; as leis de inteligência financeira que tiveram o efeito de fechar o espaço operacional para os defensores de direitos humanos em vários países da região também são um problema em expansão.

Como a *Frontline Defenders* ou defensores da linha da frente (2007) observou, todos os defensores de direitos humanos "se sentem desconfortáveis com o enfoque sobre a sua própria protecção, porque o seu objectivo é defender os direitos dos outros. "W/HRDs estão bastante confortáveis em defender outros direitos das pessoas e dando voz àqueles que são marginalizados e vulneráveis e, no processo, muitas vezes falam com o poder económico ou político e não é surpreendente que acabam por ser alvos de retaliação e perseguição. "Se não houver segurança para os defensores de direitos humanos realizarem o seu trabalho le-

gítimo, não haverá protecção efectiva para os direitos de ninguém” (Frontline Defenders 2007). É aqui que o SAHRDN entra com o seu programa de

apoio rápido e prático aos W/HRDs enfrentando perseguição na África Austral, em colaboração com vários parceiros.

Quem é o SAHRDN ou a Rede de Defensores?

Inicialmente fundada como uma rede de mulheres e homens Defensores dos Direitos Humanos (W/HRDs) em Fevereiro de 2013, a SAHRDN (ou a Rede de Defensores) é agora uma rede sub-regional sem fins lucrativos firmemente estabelecida, cada vez mais influente de W/HRDs na África Austral. Esta registada como 211-513NPO na África do Sul com uma Determinação de Equivalência dos EUA, tornando-a equivalente a uma instituição de caridade pública dos EUA.

A SAHRDN prevê capacitar mulheres e homens defensores dos direitos humanos (W/HRDs), operando num espaço cívico favorável, sem medo de ameaças ou ataques.

A missão da SAHRDN é fornecer e/ou ampliar o apoio rápido, prático, holístico, colectivo e interseccional ao género e prevenção e protecção sensível à diversidade, protecção e reintegração às W/HRDs na África Austral, com uma prioridade estratégica nas bases e nos grupos mais vulneráveis W/HRDs.

O principal objectivo da SAHRDN é coordenar os esforços regionais para fornecer suporte e/ou protecção rápida, prática, holística e inclusiva às W/HRDs em alto risco, defender o espaço cívico

e capacitar as W/HRDs para mitigar os efeitos da repressão, melhorar a sua justiça de acesso e, mais importante exercer a sua agência para o Direito de Defesa dos Direitos Humanos. Para esse fim, a Rede contribui para o respeito e reconhecimento dos W/HRDs como actores legítimos e agentes de transformação social com direitos universalmente reconhecidos e constitucionalmente garantidos.

No centro da abordagem da SAHRDN está um enfoque estratégico nos W/HRDs mais vulneráveis e marginalizados que operam principalmente em comunidades remotas, que não sabem dos mecanismos de protecção disponíveis e geralmente são deixados para trás, sofrendo em silêncio. A infraestrutura de suporte abrangente e inclusiva da SAHRDN e a abordagem liderada por locais no sentido da base para o topo garantem que os W/HRDs em áreas remotas e nas margens estejam seguros, mas não silenciosos. No centro da abordagem da SAHRDN está o princípio transversal e cardinal dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de

A SAHRDN prevê capacitar mulheres e homens defensores dos direitos humanos (W/HRDs), operando num espaço cívico favorável, sem medo de ameaças ou ataques.

“não deixar ninguém para trás”, com programação que directa ou indirectamente aborda uma variedade de ODS, especialmente o ODS 16 (promoção de sociedades pacíficas e inclusivas), 5 (alcance da igualdade de género) e 10 (redução da desigualdade).

Em Direcção a Uma Rede de W/HRDs em Moçambique

Temos trabalhado com colegas em Moçambique, o CDD, Diakonia, Oxfam, para o estabelecimento e fortalecimento de uma rede de W/HRDs totalmente funcional em Moçambique que tornará possível um projecto eficiente para a protecção efectiva de W/HRDs. Estamos muito felizes com a estreita colaboração que está a ser desenvolvida

organicamente com a Comissão Nacional de Direitos Humanos de Moçambique, sob a liderança do Dr. Luis Bitone. A SAHRDN tem um relacionamento colaborativo com as comissões nacionais de direitos humanos que consideramos a interface natural entre defensores e autoridades de direitos humanos na África Austral.

O Caminho a seguir para a África

Sempre argumentei que o fracasso do desenvolvimento e consolidação democrática da África tem sido em grande parte uma crise organizacional e de liderança, em oposição à ausência de uma visão ancorada em torno dos direitos humanos e dos valores da governação democrática.

A Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, que foi ratificada por todos os estados membros da UA, excepto o recém-admitido Marrocos, tem um estatuto de direito internacional consuetudinário em África. Provavelmente, é o melhor instrumento de direitos humanos do mundo que se baseia num documento, económico, social, cultural, civil e político, além de direitos de grupo, como soberania, desenvolvimento e direitos ambientais.

Esse instrumento, como todas as boas constituições que os nossos países possuem, que contêm uma boa declaração de direitos e estabelece instituições constitucionais de democracia e governação, é tão bom quanto o pedaço de papel em que está escrito, a menos que seja implementado. Os estados membros da UA também assinaram e ratificaram os mais importantes instrumentos internacionais de direitos humanos, como o PIDCP e o PIDESC.

A distância entre os padrões de direitos humanos

e as práticas de direitos humanos na África é uma questão de extrema urgência e importância. No nível global, há uma necessidade urgente e importante de restabelecer um sistema multilateral ancorado no respeito ao estado de direito internacional e no respeito pelos valores universais dos direitos humanos. É por isso que a Agenda 2063 da UA: A África que queremos e os ODS em particular os ODS 16 e 5 são importantes para todos nós lermos e entendermos e tentarmos pressionar os nossos governos a implementá-los.

A UA afirma que a Agenda 2063 pretende “priorizar o desenvolvimento social e económico inclusivo, a integração continental e regional, a governação democrática, a paz e segurança, entre outras questões destinadas a reposicionar a África para se tornar num actor dominante na arena global. “Isto é urgente e importante e precisa de todas as mãos no controle. Um W/HRD empoderado ou capacitado numa África Austral aberta e democrática contribuirá imensamente para a consecução desses ideais nobres.

Muito obrigado pela vossa atenção. Mais uma vez obrigado ao meu amigo Professor Adriano Nuvunga e ao Centro para Democracia e Desenvolvimento por esta oportunidade. Viva Moçambique, viva África!



INFORMAÇÃO EDITORIAL

Propriedade: CDD – Centro para a Democracia e Desenvolvimento

Director: Prof. Adriano Nuvunga

Editor: João Nhabanga Tinga

Autor: Arnold Tsunga

Equipa Técnica: João Nhabanga Tinga, Agostinho Machava, Ilídio Nhantumbo, Denise Cruz, Isabel Macamo.

Layout: CDD

Andereço: Rua Eça de Queiroz, nº 45, Bairro da Coop,
Cidade de Maputo – Mozambique

 CDD_moz

E-mail: info@cddmoz.org

Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



Comissão Episcopal de Justiça e Paz,
Igreja Católica

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



COUNTERPART
INTERNATIONAL



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra
Embaixada da Suíça em Moçambique

